

GÊNERO, SEXUALIDADE E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO INFANTIL

*Grette Rosa Silva*¹
Instituto Federal Goiano (IFGoiano)
grette2009@hotmail.com
Jaqueline Souza Gutemberg²

RESUMO: O hodierno artigo aborda questões que sempre estiveram muito presentes na sociedade, entretanto, por muito tempo silenciadas e tidas como verdadeiros tabus. Questionamentos sobre o lugar, o comportamento pré-determinado e esperado e menos privilégios que as mulheres têm em relação aos homens sempre foram assuntos tratados nas cozinhas por mulheres ditas rebeldes ou histéricas, mas jamais sobrecarregadas! Neste sentido, esta pesquisa vem de encontro com essas inquietações e busca responder questões tão atuais como a perpetuação das desigualdades de gênero, trilhando caminhos consolidados com as experiências masculinas e experiências femininas. Irá adentrar na escola, permanente consolidadora das desigualdades de gênero e dialogar com o oculto e mistificado ensino de gênero e sexualidade. Para tal tarefa, iremos conversar com conceitos-chaves para que a pesquisa se firme como gênero, representação, imaginário e poder visto que os mesmos são peças fundamentais para que possamos compreender o papel ditado a mulher dentro da sociedade. Realizaremos uma abordagem bibliográfica para tratar o tema, realizando uma pesquisa documental utilizando a compreensão para a construção do conhecimento.

Palavras-chaves: Gênero; Sexualidade; Educação Infantil.

ABSTRAT: The current article addresses issues that have always been very present in society, however, for a long time silenced and considered as true taboos. Questions about the place, the predetermined and expected behavior and less privileges that women have in relation to men have always been subjects dealt with in the kitchens by women said to be rebellious or hysterical, but never overloaded! In this sense, this research meets these concerns and seeks to answer questions as current as the perpetuation of gender inequalities, following consolidated paths with male and female experiences. It will enter the school, permanent consolidator of gender inequalities and dialogue with the hidden and mystified teaching of gender and sexuality. For this task, we will talk with key concepts so that the research is firm as gender, representation, imaginary and power since they are fundamental pieces for us to understand the role dictated to women within society. We will carry out a bibliographic approach to address the subject, carrying out a documentary research using understanding for the construction of knowledge.

Keywords: Genre; Sexuality; Child education.

¹ Formada em História pela Universidade Estadual de Goiás; pós-graduada em Cultura Afro-brasileira e Educação Infantil e graduanda em Pedagogia pelo Instituto Federal Goiano.

² Doutora em História, professora bolsista UAB.

INTRODUÇÃO

Vivemos em um cenário político cercado por declarações conflituosas. Em um momento histórico em que as mulheres ganham cada vez mais força, reconhecem e lutam por seus direitos, ouvimos nosso excelentíssimo presidente da república afirmar que após quatro filhos homens, deu uma “fraquejada” e teve uma mulher, a filha número cinco. Se acabasse aí, ainda seria difícil de engolir, mas ele tem uma chuva de deselegâncias e ignorâncias no currículo. Afirmou que não estupraria a senadora Maria do Rosário porque ela não merecia! Podemos citar, ainda sua afirmação de que mulher deve ganhar salários mais baixos porque engravida.

E o antigo ditado: “Diga-me com quem andas que direis quem tu és” nunca foi tão certo. Seu vice-presidente, afirmou que família sem pai e avô é fábrica de desajustados. A atual ministra da família, da mulher e dos direitos humanos, afirma que o Brasil está numa nova era em que meninos vestem azul e meninas vestem rosa. Essa é a cúpula que representa nosso país em 2022. Mas o que mais nos indigna é saber que essas pessoas foram eleitas de forma democrática e que a maioria do povo brasileiro se sente representado por eles. Eles representam o que a maioria da sociedade traz dentro de si. Esses sentimentos estereotipados que reduzem a mulher a um mero objeto sem valor, impregnada no universo da cor rosa, utilizando essa cor para romantizar sua vida na infância e lhes capacitar apenas para fabricar desajustados para o Brasil na vida adulta.

Pensamentos como esses e muitos outros foram inseridos no imaginário coletivo dando a mulher uma posição muito desvalorizada frente ao outro sexo. Questões de gênero nunca foram tão debatidas como hoje. Há algum tempo atrás era aceito, era tido como normal várias violências causadas simplesmente por causa do gênero. Tendo em vista essa luta por igualdade é que este trabalho objetivou desmistificar o ensino sobre gênero e sexualidade para a educação infantil. Se as representações fadaram a sociedade a ver, julgar e fazer vista grossa quanto aos direitos das mulheres, a educação pode promover outras simbologias que darão a mulher a igualdade que tanto busca. Se o imaginário foi preenchido por representações distorcidas e falaciosas, ele pode ser preenchido para promover representações justas e dignas para que o julgamento em virtude do gênero se torne ultrapassado e obsoleto.

Desta forma, o presente trabalho, nos fez perceber o quanto o nosso problema é pertinente, visto que o gênero não deve ser um fator segregador, de diferenciação, de dominação e controle das mulheres. Vislumbramos o quanto se pode trabalhar dentro das instituições de

ensino, pois elas, por meio dos ritos, do silenciamento participam ativamente impondo o modo de ser, de tal forma, que legitima que a vida das crianças estaria fadada à lógica do gênero, ligadas a funções meramente estruturadas culturalmente.

Seguindo essa linha de pensamento, corroboramos que se a criança produz cultura, ela é capaz de romper com paradigmas arcaicos que ditam o lugar e a posição da mulher na sociedade e inaugurar novos modelos ditados pela igualdade e equidade. Novos modelos culturais têm maior capacidade de serem fomentados educando o mais cedo possível os responsáveis pela sua perpetuação: as crianças.

Prover experiências que lhes proporcione pensar no ser humano independente do gênero é oportunizar uma sociedade mais justa, menos preconceituosa e rejeitadora do desprezo e menosprezo do sexo feminino por anos estigmatizado e reprimido. Trabalhar a Educação Infantil e repudiar a ideia de experiências masculinas e experiências femininas é se pautar na igualdade e no direito de se viver as mesmas experiências e no futuro concorrer a mesma vaga de trabalho, observando apenas a instrução e a capacidade sem a preocupação com o gênero de quem ficará com a vaga, sem nenhum tipo de discriminação.

Destarte, tais questões são inerentes a sociedade e precisamos educar, desde cedo, para que o pensamento e o imaginário coletivo trate com dignidade e equidade a pessoa humana, independente do gênero.

ENTENDENDO O ASSUNTO

Percebemos um grande silenciamento sobre os temas gênero e sexualidade dentro das salas de aula da Educação Infantil, neste sentido é que procuramos entender os porquês, visto que não falar, não dialogar, não assistir as crianças para que aprendam de maneira a superar estereótipos, propulsiona, e continua a reproduzir, desigualdades sociais. Desigualdades essas que culminam na discriminação da menina, da jovem e da mulher frente ao sexo masculino.

Entranhado na cultura de inúmeras sociedades, a mulher que é a base da família tem um papel secundário quando se trata de questões trabalhistas, salariais, políticas etc. Neste sentido para Joan Scott, “*o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos.*” (SCOTT, 1995). Percebemos essa diferenciação no decorrer da história, quando analisamos como a mesma foi escrita do ponto de vista masculino, deixando a mulher à margem de todos os eventos históricos e sendo construída uma história a

parte, desvinculada da oficial, para tratar de temas femininos, ou da história da mulher como se fosse preciso um campo completamente novo e separado da história dos homens simplesmente por causa do sexo. Desta forma:

A história das mulheres é uma história recente, porque desde o século XIX, quando a História se transforma em disciplina científica, o lugar da mulher dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Na década de 60, as mulheres quiseram contar a sua história, olharam para trás e viram que não tinham nenhuma. Não existiam, eram somente uma representação do olhar masculino. Os homens a contavam. Por isso, falar do feminino é falar das representações que esconderam este feminino ao longo da História. (COLLING, 2004. P. 31)

Pensar em como a mulher teve seus direitos desfigurados, sua história conduzida, em quando ela pôde votar, quando ela pôde se candidatar, quando ela pôde escolher com quem se casar, como se vestir, como determinar o que fazer com o seu corpo nos leva a refletir o quanto os passos foram lentos e ainda continuam. Isso levado em consideração que em algumas sociedades, ainda hoje, fazer algumas dessas coisas que na nossa sociedade, a duras custas, muitas de nós já podemos ainda é utópico. Basta abrir a janela e observar o terror que as mulheres afegãs estão passando desde agosto de 2021, quando o talibã tomou o controle do país.

Precisamos refletir como questões de gênero ainda continuam a ditar o que pode e o que não pode e a dar sentido as relações sociais (TILLY, Louise A. 1994). Precisamos pensar como a hierarquia social pautada no gênero, vai determinar a organização do senado, quando se é uma senadora em um ambiente completamente machista. Como a sexualidade e a materialização do corpo da mulher vão deixá-la apreensiva em como agir em um ambiente de trabalho. Em como as relações de gênero vão determinar as atividades domésticas, o ritmo de estudo, as atividades depois da maternidade. Enfim, refletir como as relações são constituídas levando em consideração o gênero e como levar essas reflexões para a infância das crianças na tentativa de desconstruir modelos tão estereotipados para construir novos padrões igualitários, pois

(...) a escolarização como dispositivo disciplinar tem nos rituais aparatos para não só ensinar a ler, escrever e contar, mas para ensinar modos de ser do ponto de vista do masculino e do feminino. Entram na cena ritual artefatos culturais diversos, enunciados, repetições, palavras, orações, diálogos, perguntas e respostas, símbolos que, utilizados por pessoas com autoridade para pronunciar, tornam os momentos de acolhimento, da lição, da avaliação em oportunidades de intensificação de sentidos do que é do cotidiano e do que se quer que se torne a verdade. Assim pensamento e ação são eles próprios o ritual para reafirmar mitos como: Eva, a sedutora, pecadora, doravante sofredora e dependente; o instinto materno; o sexo do mundo privado, doméstico – todos em contraponto ao modelo masculino. (CARVALHO, 2021, P. 15)

Neste sentido, trazer à tona o currículo oculto é possibilitar a reflexão do que ensinamos que vai além dos conteúdos. Obrigar a menina a falar baixo por que mulher não grita é muito diferente do que ensinar que ponderar a voz é um recurso sensato independente do gênero. Falar que mulher não grita, abre um vasto campo para interpretações e aceitações. Dá ao sexo masculino a legitimação de que ele pode gritar e no futuro aquela criança privada do grito por causa do sexo, aceitará como uma característica do sexo masculino o grito, aceitando-o em suas relações. A absorção da cultura é o que exime da luta e forja o consentimento!

A CRIANÇA AGORA!

Falar sobre gênero e sexualidade em si só já é um tabu. Quando levamos esses temas para a sala de aula o resultado gera uma onda de críticas e calúnias dos ditos “moralistas” que têm uma visão deturpada e estereotipada de tais discussões. E se pensarmos na Educação Infantil, não há sequer o diálogo. É como se tais conceitos sequer existissem. É profano sequer pensar em falar sobre isso! Nesse sentido, pensar nestes fenômenos como naturais e presentes, faz com que percebamos a necessidade de, com urgência, dialogar e refletir os mesmos, pois a escola pode ser o único espaço para corrigir estigmas estruturados e dados como verdadeiros pela própria sociedade.

Neste sentido é bom relatar que ao decorrer dos anos, a visão sobre a criança vem mudando e se atualizando! A criança que antes era vista como passiva, um papel em branco a ser preenchido é vista agora como cidadã, dotada de direitos. A criança tem querer, tem vontade, tem desejos. A literatura relata essa mudança no tratamento das crianças. Um grande estudioso do tema infância, Ariès Philippe deixou bem claro que a noção de infância e de criança mudou muito no decorrer dos séculos. Assim, segundo a Política Nacional de Educação Infantil:

(...) as formas de ver as crianças vêm, aos poucos, se modificando, e atualmente emerge uma nova concepção de criança como criadora, capaz de estabelecer múltiplas relações, sujeito de direitos, um ser sócio-histórico, produtor de cultura e nela inserido. (...) Essa visão contribuiu para que fosse definida, também, uma nova função para as ações desenvolvidas com as crianças, envolvendo dois aspectos indissociáveis: educare e cuidar. Tendo esta função, o trabalho pedagógico visa atender às necessidades determinadas pela especificidade da faixa etária, superando a visão adultocêntrica em que a criança é concebida apenas como um vir a ser e, portanto, necessita ser “preparada para”. (BRASIL, 2006, p. 05)

Assim sendo, fica evidente o quanto a criança precisa do agora, o que ela é agora. A criança já imersa no conhecimento familiar, dos primeiros grupos sociais não é ilesa ao

conhecimento, não chega na creche ou na escola sem saber nada. Ela é dotada das experiências de vida com as quais teve contato. Sendo ela reprodutora e produtora de cultura apostar no provimento de conhecimento nesta fase é instigar a cultura da igualdade, visto que ela vai promover o que aprender e tiver contato.

Ainda neste sentido, é válido citar, também, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que afirma que a criança é um:

(...) sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p12)

A LUZ DE ALGUNS CONCEITOS

Um estudo tão pertinente como esse já foi alvo de reflexão de inúmeros estudiosos. E relacioná-los é ter a possibilidade de enxergar com mais facilidade e propriedade. Neste sentido iremos discutir o conceito de gênero com a historiadora Joan Scott que é referência teórica importantíssima nos estudos do conceito.

A autora afirma que: *“o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.”* (SCOTT, 1995). E desta forma podemos constatar como nossa sociedade continua delimitando o papel da mulher na infância oferecendo bonecas, fogãozinhos, panelinhas e todo o apetrecho doméstico para incentivá-la a conhecer desde cedo o papel que irá desempenhar. Claro que oferecer tais brinquedos não é em si um problema! O problema é incentivar o imaginário de que apenas as meninas podem brincar com tais brinquedos e os meninos com os outros. E esta ideia está tão impregnada que até mesmo as crianças bem pequenas questionam se tal brinquedo é de menino ou menina. Segundo Maurice Halbwachs (2006):

(...) um mesmo acontecimento pode afetar ao mesmo tempo muitas consciências coletivas distintas: conclui-se daí que nesse momento essas consciências se aproximam e se unem em uma representação comum. Mas será um mesmo acontecimento se cada um desses pensamentos o representa à sua maneira e o traduz a sua linguagem? Um e outro são grupos que estão no mesmo espaço. O acontecimento também acontece no mesmo espaço, pode-se dizer que um e outro grupo percebem isso. O que importa é a maneira como eles o interpretam, o sentido que lhes dão (...) (HALBWACHS, 2006: 140)

A definição que cada grupo dá aos eventos é o que determina o seu modo de agir diante da realidade. Ao oferecer determinados brinquedos a meninas e meninos, este ato vem

carregado de simbologia, de representações, de situações de experiências. Desta forma, nos cabe questionar como o gênero regula as relações sociais, como o desenrolar da vida de uma mulher, principalmente o da sua infância será determinante em posicioná-la como a parte fraca que carece de proteção da figura masculina.

Sandra Jatay Pesavento (2008) afirma que a História Cultural se consolida sob a seguinte assertiva: *“Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.”* (PESAVENTO, 2003, p. 39). Portanto, o conceito de representação auxilia o entendimento de que o imaginário e o pensamento precisam estar em constante construção para que cotidianamente sejam lembrados e determinados os papéis sociais, suas posições, o valor dos indivíduos. As representações perpetuam as ordens sociais como normais, dispensam reflexões. E quem detém o poder sobre as mesmas, detém a ordem vigente.

Neste sentido, observamos que as mulheres não tiveram o poder sobre as mesmas, mas sim foram escravizadas por estas. O controle da simbologia determinou, ao longo da história, as persistentes desigualdades entre os sexos, as experiências sociais distintas para homens e mulheres, os conceitos disciplinares diferentes, a repressão de determinados comportamentos inaceitáveis para as mulheres, entretanto normal para os homens! Carregado de significado, os brinquedos, as relações, as cores, o trabalho, a política, as relações entre os sexos foram e são usados para controlar o imaginário e manter o poder sobre a vida e as relações sociais. E as representações formam o imaginário.

Logo, um fator bem relevante que temos que nos ater quando propomos um estudo das representações é o fato delas constituírem um objeto que pode ser manuseado pelo poder, pois *“qualquer poder se rodeia de representações coletivas”* (BACZKO, 1985, p. 297) a fim de legitimar-se. Sendo assim, instaura pessoas que passam a agir como guardiãs com a função de manter e propagar representações sofisticadas que modelem a vida, a conduta das pessoas e a manutenção do poder com intuito de garantir que tais representações entrem no imaginário da sociedade legitimando-as.

Assim sendo, é necessária a reflexão de como esses “guardiões” tentam a todo custo manter as representações que ditam um lugar para a mulher na sociedade. Como afirma Djamila Ribeiro (2017), uma das filosofas brasileiras mais conhecidas na contemporaneidade, usam a linguagem dominante para a manutenção do poder. Diante disso, desejam com toda a força e saliva, podar as discussões que nos fazem refletir e repensar tais representações, que têm por finalidade manter a ordem estabelecida. Questionam e veem com maldade, de forma falaciosa

o fato do diálogo sobre gênero e sexualidade estar adentrando os espaços educativos, pautando-se na moral e nos bons costumes. Moral e bons costumes esses que sujeitaram e delimitaram o papel feminino a lugares comuns e sem voz.

Pautado nesse discurso, o estudo do imaginário é tão importante para a nossa pesquisa quanto o estudo do gênero, pois o primeiro traça o caminho para o sucesso do segundo. Neste sentido: “*Entende-se por imaginário um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo.*” (PESAVENTO, 2008, p. 43). Percebemos que o imaginário é uma construção social e histórica que permeia, modela, dita os valores vigentes de uma época e que são perpassados por meio da cultura de um povo. Assim:

(...) essa construção de sentido é ampla, uma vez que se expressa por palavras/discursos/ sons, por imagens, coisas, materialidades e por práticas, ritos, performances. O imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquizar, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito. (PESAVENTO, 2008, p.43)

Como a autora afirma, o imaginário é construtor de identidades é como o ser humano apresenta ou representa o mundo real, mas isso não quer dizer que seja uma fotocópia do real, do concreto, de como as coisas precisam ser. É uma forma de fazer as coisas serem como o detentor das criações que irão permear o imaginário coletivo precisa que elas sejam. É a ideia materializada por meio da ação.

Destarte, falar sobre gênero e sexualidade é tão difícil, porque neste caminho defrontamos com as crenças e as crenças são construções sociais consolidadas historicamente. Tais crenças naturalizam as relações entre homens e mulheres formando relações padrões e quando, ao dialogar, afirmamos que as relações padrões geram preconceitos, submissão, vulnerabilidade e propomos novos formatos de educação para a emancipação, declaramos guerra para os setores mais conservadores e interessados em manter as relações tal como são. Neste sentido:

fundamentalmente, passamos a perceber que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século 19, mas sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente. (RAGO, 2012. p.56)

E é tão oportuno criar espaços para o debate e o ensino de gênero e sexualidade na escola, pois a criação do debate, a interiorização desses conceitos é a possibilidade de estruturar modelos mais democráticos de convivência no presente e no futuro. Entretanto, a BNCC que é

a Base Nacional Comum Curricular traz a palavra gênero apenas dentro da língua portuguesa! É como se gênero no sentido do nosso estudo, se quer existisse. Já o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil afirma na sua apresentação que:

(...) estes volumes pretendem contribuir para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas que considerem a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural das crianças brasileiras, favorecendo a construção de propostas educativas que respondam às demandas das crianças e seus familiares nas diferentes regiões do país. (Brasil, 1998, p.09)

E é como se dito isso, todos os problemas fossem resolvidos, pois se quer menciona novamente a palavra gênero, a não ser na bibliografia. Neste sentido, a busca por novas formas de preencher o imaginário com ações que despertem a igualdade entre os sexos, precisa ser promovida por meio das práticas educativas, virando políticas públicas, visto que a escola tem a missão de reduzir desigualdades e fomentar os direitos expressos na constituição: direito à liberdade e igualdade.

Esse não é um passo fácil, visto que ao falarmos de gênero e sexualidade nos esbarramos nas crenças, como dito anteriormente, nos esbarramos na religião, nos esbarramos na não formação dos professores para que tragam tais assuntos, acima das crenças pessoais. Fator preponderante para dar voz a esses diálogos dentro das instituições é a formação do docente, para que este esteja habilitado para promovê-lo e queira fazê-lo.

UMA GOTA D'ÁGUA, UM GRÃO DE AREIA...

Conjecturar aulas mágicas que transcendam a realidade machista concreta, solidificada no decorrer da história e que de uma única vez transforme a escola e esta, transforme a sociedade não passa de uma rasa ilusão. Precisamos nos embeber de que será necessário tempo para que formemos uma nova mentalidade, caminho esse que passa pela escola com exemplos e aulas que superem o senso comum e se baseiem na ciência.

Esse mês decorrido, agosto de 2022, os deputados de Goiás aprovaram um projeto que proíbe discussões ligadas a “ideologias de gênero” dentro das escolas estaduais e particulares, agora esse projeto passará pelo governador, Ronaldo Caiado que aprovará ou vetará. Essa pauta é muito importante para a sociedade, pois se proibido, aonde o debate sobre gênero acontecerá? É uma violação ao direito de acesso ao conhecimento. O início do respeito, da compreensão e da mudança de comportamento se dão a partir do momento que se conhece algo. Nossa constituição e democracia não corroboram com a censura do conhecimento de si e do outro.

A escola não pode mais ser omissa, ser conivente com esse sistema que ditou e dita a mulher um lugar de aceitação, um lugar de consentimento diante das injustiças decorrentes as desigualdades de gênero. E podemos como educadoras e educadores, da mesma forma que em uma colmeia, ser um membro que faz a diferença no resultado final que é o mel, preenchendo cada favo com ideias e energias para promover justiça onde só havia heteronormatividade. O fato é que não existe modelo ou receita, só existe de concreto o que não devemos permitir e ser coniventes.

Questionar os papéis nas brincadeiras infantis, desafiar as meninas a se salvarem e salvarem suas amigas e amigos, encorajá-las a desafiar com uma espada outros meninos e meninas, lhes colocar no papel de protagonista ao invés de meras coadjuvantes e figurantes. Como em uma fila de formiguinhas, retirar a folha que lhe tapa o sol da face para que enxergue que as diferenças de gêneros são construídas por uma sociedade hipócrita e que sempre desejou ter a mulher presa e sobre controle, para que o sol do conhecimento brilhe para outras da mesma forma e se multiplique.

Estimular a linguagem não verbal carregada de símbolos que corroborem a força feminina, a se ocupar do protagonismo, promover experiências análogas para as crianças, fomentar a igualdade dos corpos, das oportunidades, das cores, dos brinquedos, das brincadeiras, a não romantização das ditas “tarefas femininas” do cuidar, do cozinhar, do engravidar etc. podem ser trabalhadas de formas lúdicas com os pequenos por meio de vivências carregadas de significados e significantes.

Como estorninhos, não esmorecer por ser tão pequeno diante do horizonte, mas olhar para o resultado final não aceitando, de forma alguma, brincadeiras simplórias que estávamos acostumados a décadas, que ditam a menina um lugar de fragilidade, pois é brincando que as crianças conhecem a si próprias e o mundo a sua volta. Não aceitar a disciplina do corpo em favorecimento do gênero, questionar o desafiar masculino e a pureza e serenidade feminina, adereços que fomentem ao menino o espaço público enquanto a menina o espaço privado como por exemplo: soltar pipa e brincar de cozinhadinha. Às vezes pensamos que esses pequenos detalhes que problematizamos passam despercebidos pelas crianças, mas são essas as imagens que constroem, formam e solidificam o imaginário das mesmas. Na infância são construídas as amarras que dão sustentação a vida adulta.

De acordo com Mirian Goldenberg (2019, p. 6), no caderno especial em comemoração aos setenta anos de “O segundo sexo”: *“Para cada mulher em particular, é a história da sua vida, em especial a da sua infância, que a define como ‘o inessencial perante o essencial’ ... O homem é o Sujeito, ela é o Outro: o segundo sexo”*. Vislumbramos como a sociedade produziu

mulheres inessenciais se aproveitando da nossa infância, produzindo mulheres inseguras emocionalmente, fisicamente, economicamente para ter na figura masculina o que não era capaz de encontrar em si mesmas. Desta forma investir na infância é o caminho para que mulheres fortes, independentes possam quebrar esse ciclo vicioso de dependência, aceitação, consentimento.

Nesta perspectiva, nos perceber diante de nossa pequenez nos faz enxergar que a história é feita nas singularidades, o que faz diferença é a nossa ação ou o nosso silenciamento, pois todo esforço é válido e traz mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo refletir sobre a importância das reflexões sobre gênero e sexualidade adentrarem os espaços educativos da Educação Infantil. Propôs refletir sobre como questões de gênero definem as relações entre homens e mulheres na sociedade, relações essas marcadas pela heteronormatividade. Vislumbrou conceitos que forjam esse olhar natural que permeiam as relações e as legitimam de tal forma que forjam um consentimento não reflexivo, não crítico. Nosso estudo espera ter contribuído para que possamos enxergar como a sociedade e a cultura moldaram e continuam moldando o comportamento feminino e a visualizar novas oportunidades da quebra da perpetuação desse paradigma pela escola.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginário coletivo**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa nacional/ casa da moeda, 1985, p. 05-21.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais. **Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Temas transversais. V. 10. MEC. Brasília, 1997.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli; RIBEIRO, Claudia Maria. **Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal**. Campinas, 2008.

CARVALHO, R. T. **Rituais da escolarização e gênero**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 61, p. e216116, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8666982>. Acesso em: 26 set. 2021.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, abril 1991.

COLLING, Ana Maria. **Gênero e História. Um diálogo possível?** Contexto e Educação – Editora UNIJUÍ – Ano 19 – n°71/72 – Jan./Dez. 2004 – P. 29 – 43.

FALCON, Francisco J. **História e representação.** Rio de Janeiro: Faculdade das Letras, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: vontade de saber.** Tradução: Maria Tereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOLDENBERG, Mirian. **Ninguém nasce livre: torna-se livre.** In: O segundo sexo 70 anos depois. Caderno especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

LEITE, Lucimar da Luz; MAIO, Eliane Rose. **Gênero e sexualidade na Educação Infantil e a importância da intervenção pedagógica.** In: O MÉTODO CIENTÍFICO, VIII ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. 2013, Paraná.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade.** Lisboa: Porto editora, 2000.

MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana. **Sexualidade e gênero na educação infantil.** Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINTO, Elaine Cristina de Oliveira. **Gênero, Sexualidade e Educação Sexual: Formação docente e Currículo.** Acessado em: 11/08/2021. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/elainecristinadeoliveirapinto.pdf>.

RAGO, Margareth. **Gênero e história.** CNT-Compostela, Agosto de 2012.

REGO, Raimunda Leônia Andrade. **Gênero na Infância: Identidade e Sexualidade na Educação Infantil.** In: XII CONAGES, XII COLÔQUIO NACIONAL DE REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, justificando, 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil de análise histórica.** Porto Alegre: Educação & Realidade, vol.20, n 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.